

## **E-lar: o programa dos seis dias**

Após seis dias, o novo programa-bandeira do Governo para o suposto combate à pobreza energética, parou. O E-Lar, muito falado há meses e alvo de grande propaganda, arrancou com o sítio do Fundo Ambiental em baixo e, poucos dias depois e apenas com 40 mil candidaturas, esgotou-se a verba afeta, tornando este programa um falhanço ainda maior do se previa, sobretudo na visão dos mais céticos.

O E-Lar nasceu sobre o fim do Programa de Apoio aos Edifícios Mais Sustentáveis, que tendo as suas falhas, foi um programa abrangente e com objetivos estratégicos de combate à pobreza e melhoria da eficiência energética. A decisão de pôr fim ao programa anterior foi errada. Em segundo lugar, não se entende quais os objetivos na aposta num programa que apenas permite apoiar à compra de eletrodomésticos. Esperemos que não tenha tido nada que ver com o período das eleições autárquicas... De acordo, com as explicações dadas pelo Governo, o programa visa a eletrificação dos equipamentos (ou seja, não combate a pobreza energética nem reduz os consumos energéticos), sendo que “tem uma execução mais rápida do que programas que promovem obras” pelo que seria adequado, segundo o Governo, “transferir dinheiro das obras para os eletrodomésticos”. Mas o Governo quer combater a pobreza energética ou esgotar verbas existentes com programas que nem contribuem para a resolução do problema?

O programa E-lar apoia a substituição de fogões, fornos e esquentadores ineficientes ou a gás, por equipamentos elétricos de classe A ou superior, ou seja, placas de vitrocerâmica ou de indução, conjunto elétrico (placa e forno), forno elétrico e termoacumulador elétrico. E desde quando se combate a pobreza energética com fogões e fornos elétricos?

Enfim. Portugal continua a ser um país energeticamente pobre, com necessidade de programas estruturais que possam ajudar as famílias a melhorar o isolamento térmico e o conforto das suas casas. As vulneráveis e as da classe média. No contexto económico atual, é irreal pensar que os portugueses podem melhorar o isolamento térmico das suas casas, sem apoio financeiro ou fiscal, mesmo que depois possam recuperar grande parte do investimento na redução da fatura da eletricidade (o

contrário do que pode acontecer com a utilização dos eletrodomésticos apoiados e comprados com os vouchers do E-Lar, que vão aumentar claramente a fatura elétrica).

O necessário e urgente combate à pobreza energética tem de ser realizado com uma estratégia clara e com medidas concretas e estendidas no tempo. É imperativo continuar a melhorar as condições de isolamento térmico dos edifícios, em Portugal. Para isso, o nosso país necessita, urgentemente, de programas de apoio ambiciosos que permitam, a todas as famílias portuguesas, o apoio à execução de obras de melhoria das condições de conforto térmico das casas, ao nível das paredes, das coberturas e, claro, das janelas. Para isso, executem-se programas que durem mais de seis dias.

*João Ferreira Gomes, Presidente da ANFAJE*